

UMA EXPERIÊNCIA DOCENTE: PRECARIIDADES E POSSIBILIDADES

LADEIRA, Mariana Rosa Alves¹

SILVA, Hilda Maria Gonçalves da²

Eixo Temático: Gestão Educacional e Qualidade em Educação

RESUMO

Este trabalho objetiva relatar a experiência de uma profissional em Serviço Social, autorizada a lecionar a disciplina de Sociologia, no ensino básico estadual. A escola está localizada em um município de pequeno porte de Minas Gerais e a disciplina é ministrada no turno noturno para o Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. A metodologia de abordagem qualitativa possibilita a percepção de inúmeras fragilidades em relação à qualidade na educação básica, inicialmente percebida pela defasagem de professores habilitados e da opção pela designação, contratando, muitas vezes, professores autorizados de outras áreas do conhecimento; profissionais que nem sempre são licenciados. Os resultados apontam para a desvalorização da categoria de professores, tanto por condições precárias de trabalho, como pelo baixo salário. No decorrer do trabalho, serão apresentadas algumas limitações percebidas enquanto professora, assim como possibilidades vislumbradas para a qualidade do ensino básico.

Palavras-Chave: Qualidade do Ensino Básico, Professores, Condições precárias.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é um relato de experiência de uma bacharel em Serviço Social, autorizada a lecionar a disciplina de Sociologia no ensino básico público estadual. A professora ministra aulas para alunos do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio e para o 3º ano da EJA – Educação de Jovens e Adultos. As aulas ocorrem uma vez por semana em cada turma, e a partir das percepções obtidas em sala de aula, foram apreendidas algumas limitações e

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Mestranda em Serviço Social.
mari.ladeira@hotmail.com.

² UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Doutora em Educação.
hilda_gs@yahoo.com.br.

fragilidades no sistema de ensino; por isso o interesse em transformar em artigo como forma de apresentar, mesmo que resumidamente, algumas percepções da sala de aula.

Foi preservado o nome da escola e dos alunos envolvidos, como forma de sigilo; assim como não é o interesse expô-los. O objetivo é relatar a experiência, por meio de observação participante, e compartilhar diálogos e fatos ocorridos na escola e nas classes.

A metodologia adotada em sala de aula abrange muita interação com os alunos, a partir de aulas mais dialogadas, em que todos podem expor sua opinião, sem apontamentos de “certo ou errado”, mas sim de deixá-los livres para conversar sobre a temática abordada, enquanto a professora norteia a discussão. Mesmo utilizando o livro didático da escola e o CBC – Currículo Básico Comum buscou-se agregar notícias atuais da realidade, para que fosse possível trazer todos os temas para a atualidade.

O passo inicial foi distinguir “senso comum” de “conhecimento científico”, para que a dinâmica adotada permitisse sair dos “achismos” e tivesse fundamentação teórica consistente para uma discussão coerente. Quando se falava de autores como Max Weber, Karl Marx, Émile Durkheim, dentre outros, o objetivo foi trazer suas teorias para a realidade para identificar se estão presentes no nosso cotidiano, e em quais situações.

A leitura da realidade e a consciência política foram amplamente trabalhadas, pois foi identificado que os alunos eram depósitos de informações, ou seja, reclamaram muito de copiar tantas matérias, sem ter tempo de discuti-las.

O relato a seguir apresenta algumas das fragilidades percebidas, mas também algumas alternativas propostas, como a própria didática adotada pela professora, que privilegia diálogo e reflexão crítica.

2 DESENVOLVIMENTO

A escola em debate pertence ao sistema público estadual e está localizada em um município de pequeno porte do Estado de Minas Gerais. Segundo dados recolhidos na instituição, há um total de 1128 alunos e 89 servidores. Seu quadro de professores compreende um total de 58 profissionais, sendo 32 professores efetivos, e 26 designados.

Percebe-se que há um número de professores designados quase equivalente ao de professores efetivos, o que é um dado preocupante, pois aponta a falta de concursos ou de nomeação dos candidatos dos concursos anteriores. E, mesmo assim, houve um aumento no número de professores efetivos, pois, recentemente muitos foram nomeados e tomaram posse.

Dos designados, ainda há uma parcela, mesmo que pequena, de professores autorizados, são 5 autorizados e 21 habilitados. Mas ainda assim é válido tomar como um dado de que existem professores sem licenciatura, que lecionam matérias na rede pública de ensino. Inclusive há um programa do Governo Federal – Ministério da Educação, que visa a sistematizar a oferta de formação inicial e continuada desses professores, é o chamado Programa “Rede Universidade do Professor”. Os cursos são ministrados por instituições públicas ou comunitárias de educação superior, gratuitamente, e abrange: professores sem nível superior, em busca da primeira licenciatura; professores licenciados que atuam fora da área de formação; e professores graduados não licenciados, em busca de formação pedagógica (BRASIL, 2016, online).

As precariedades do sistema básico de ensino são percebidas não só a nível local, mas sim um problema de âmbito nacional. A falta de recursos destinados à educação básica é preocupante e se manifesta não somente na falta de profissionais efetivos, ou nos baixos salários dos profissionais envolvidos; mas também na própria infraestrutura da escola. A escola em questão foi tida como referência durante anos, mas a falta de recursos destinados à sua manutenção é preocupante, falta pintura, as portas estão quebradas e consertadas com pedaços de madeiras, há rachaduras nas paredes, dentre vários outros problemas.

Enfim, são tantas as dificuldades, que a didática adotada pela professora de sociologia agregou os elementos da realidade da escola em suas aulas. Os alunos puderam refletir criticamente sobre o local em que estudam, a qualidade do ensino e das condições de infraestrutura da escola. Foram apontados diversos problemas, e concluiu-se que o governo não faz o repasse suficiente para a ampla manutenção da escola. A educação nem sempre é tida como prioridade.

Também foi questionado sobre a participação política dos alunos nesses assuntos, e eles alegaram que trabalham o dia todo, e não tem tempo de se envolver com essas questões; são estudantes do turno noturno. A discussão levou a perceber que falta uma maior interação da escola, governo, pais, alunos e comunidade externa em prol da valorização e cuidado com a educação básica. Ou seja, falta tornar a escola um espaço popular de participação, e que sejam cobradas melhorias e ações governamentais.

O que quero deixar claro é que um maior nível de participação democrática dos alunos, dos professores [...] da comunidade local, de uma escola que, sendo pública, pretenda ir tornando-se popular, demanda estruturas leves, disponíveis à mudança, descentralizadas, que viabilizem, com rapidez e eficiência, a ação governamental (FREIRE, 2001, p. 38).

A atual situação política brasileira também foi um tema abordado, e a maioria dos alunos não tinha conhecimento, ou nunca tinham procurado saber a respeito. Relataram que nem assistem a jornais, pois durante o dia todo trabalham, e à noite vão para a escola; também alegaram que sabem que “o país está um caos”, e que “os políticos são assim mesmo”; essas foram as frases utilizadas.

Ao perceber isso, a professora começou a trabalhar a dimensão da consciência política e da participação dos cidadãos nessas questões, indagou-se se já haviam acessado o portal da transparência, onde estão as contas, gastos e investimentos do dinheiro público; se procuram saber sobre as investigações feitas no âmbito federal; se ao votarem, realmente procuram saber sobre seus candidatos. Os alunos, em sua maioria, responderam negativamente, não se interessam por esses assuntos, e a justificativa foi que não há como mudar a realidade. Esse tipo de educação, em que os alunos não vêem perspectivas de transformação,

[...] em vez de libertar o homem, escraviza-o, redu-lo a coisa, manipula-o, não permitindo que ele se afirme como pessoa, que atue como sujeito, que seja autor da história e se realize nesta ação (FREIRE, 2001, p.07).

Nesse momento, enquanto professora, houve uma descrença pela realidade educacional. São raras as ações de promoção da participação política dos alunos, e no envolvimento deles com a realidade brasileira. Alunos que já estão no ensino médio, muitas vezes nunca ouviram falar sobre tais temas.

Então a alternativa foi dar destaque para a realidade local da cidade, e eles queriam falar sobre o hospital regional prometido há anos, mas que nunca foi sequer construído. Uns disseram que o local já foi aterrado, mas nada se concretiza. Foi então que a docente indagou se alguém já foi na prefeitura saber a respeito, e não havia um que tivesse procurado. Novamente houve a leitura da realidade e eles concluíram que não estão fazendo a sua parte, nem na sua cidade, nem na sua escola, quem dirá estão preocupados com a realidade mundial.

Relato esse que aponta para a alienação da cultura política na escola. Ou seja, uma educação compartimentada, fechada em estudos de disciplinas isoladas e sem conexão. Diferente da que é pregada por autores como Paulo Freire, que difunde um ensino de uma escola libertadora. Ou alunos são apenas receptores de informações, e os professores são os mensageiros, uma educação bancária de depósito de conteúdos curriculares obrigatórios; sem diálogo aberto ou discussões sobre a realidade.

Como nossa educação nos ensinou a separar, compartimentar, isolar e, não unir os conhecimentos, o conjunto deles constitui em um quebra-cabeças ininteligível. A incapacidade de organizar o saber disperso e compartimentado conduz a atrofia da disposição mental e natural de contextualizar e globalizar (MORIN, 2000 p. 43).

Por exemplo, enquanto um professor de física ensina a “reflexão da luz e espelhos planos” e muitos alunos não entendem, ou nem querer prestar atenção; ele pode buscar alternativas da prática de sua teoria, por exemplo do “jogo de sinuca”, o que pode interessar vários alunos. Assim como o professor de literatura pode incentivar a leitura de livros ao propor atividades diferentes; um exemplo é a leitura do livro “Dom Casmurro”, e sugerir um tribunal de defesa e acusação, com a sala dividida ao meio, para argumentarem: Capitu traiu ou não traiu o Bentinho?

Enfim, falta criatividade às vezes de alguns professores em propor atividades alternativas, mas também falta o incentivo aos professores. É uma categoria desvalorizada em todos os aspectos, principalmente financeiro. Ressalta-se que o objetivo aqui não é a culpabilização dos professores, uma vez que nem sempre há o reconhecimento devido, e talvez se tornem desmotivados.

Outro tópico a ser considerado é a repetência dos alunos trabalhadores, que não se dedicam integralmente às atividades escolares, por falta de condições materiais de sobrevivência. Muitos alunos também ficam anos sem estudar e depois retornam às atividades, com dificuldade em retomar os estudos e concluírem o ensino médio. A maioria sem perspectiva de adentrar ao meio universitário.

Em uma aula foi abordado o tema do ensino superior público, o acesso à educação universitária, e às cotas que são integralmente para alunos de escolas públicas. Os estudantes se mostraram desmotivados, disseram que não conseguem ingressar pelo vestibular, que é muito concorrido e meritocrático; ou que nem vão tentar prestar, pois não darão continuidade aos estudos; ou ainda que vão fazer alguma faculdade local particular, só para ter um diploma.

Esse é outro fator preocupante, pois mostra o desinteresse de continuar os estudos, motivado muitas vezes pela necessidade de trabalhar; ou mesmo por não se sentirem capazes de ingressar em uma universidade pública. O que é direito, mais uma vez se apresenta como distante de ser alcançado ou efetivado em sua plenitude.

Nem sempre há a real dimensão do que é um direito, e de que a educação pública deve ser para todos; mas isso acontece em sua maioria apenas na educação básica, que deve ser universal. O sistema universitário ainda se apresenta como inatingível às camadas menos favorecidas da sociedade, o que seria tema de outro artigo.

Adiante, algumas considerações acerca da experiência em sala de aula e algumas possibilidades de mudança vislumbradas pela professora.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da exposição realizada, conclui-se que ainda há muito a ser trabalhado em prol da educação pública brasileira. Principalmente o rompimento com o modelo compartimentado de disciplinas que não interagem e da falta de interdisciplinaridade entre os professores e as diferentes matérias.

Seja qual for a perspectiva que a educação contemporânea tomar, uma educação voltada para o futuro será sempre uma educação contestadora, superadora dos limites impostos pelo Estado e pelo mercado, portanto, uma educação muito mais voltada para a transformação social do que para a transmissão cultural. Por isso, acredita-se que a pedagogia da práxis, como uma pedagogia transformadora, em suas várias manifestações, pode oferecer um referencial geral mais seguro do que as pedagogias centradas na transmissão cultural (GADOTTI, 2000, online).

Também é um fator preocupante a falta de consciência política dos alunos e da capacidade de reflexão crítica; muitos não se interessam pela realidade e permanecem como “marionetes do sistema”, sem propor intervenções de melhorias no seu próprio ambiente escolar.

Percebe-se também que o fato de a maioria dos alunos do turno noturno serem estudantes trabalhadores, contribui para que eles não se interessem por alguns assuntos, devido estarem cansados e estarem ali para obter certificação de ensino médio.

Muitos alunos se preocupam em alcançar a média dos bimestres, e não em aprender a matéria. Outros reclamam que a didática de muitos professores não favorece o aprendizado, pois ficam copiando matéria.

A sala dos professores é um ambiente em que raras as vezes são feitas propostas de mudanças. Alguns propõem mapas de sala para que os alunos fiquem quietos, outros discutem a divisão de pontos, outros ainda sobre o dia do pagamento; mas não se escuta falando de projetos e mudanças em prol da educação. E talvez a culpa não seja da categoria, mas sim da desvalorização do segmento de professores, dos baixos salários, das condições precárias do ensino básico público, da violência simbólica exercida sobre a escola, sobre os profissionais e suas carreiras.

E talvez a culpa no desinteresse dos alunos também não seja deles, pois o trabalho consome muita energia dos alunos, que trabalham o dia todo e a noite que seria para descanso, buscam concentração para estudar, o que nem sempre é possível. Ficam sem muitas perspectivas de crescimento, e são poucos os que pensam em ingressar em uma universidade.

Essa é a realidade da escola em questão, do turno noturno, na visão da professora - bacharel que relata e preocupa-se com o cenário percebido. Sabe-se que devem existir

realidades parecidas, ou até piores, mas que nem sempre são buscadas alternativas de mudança.

Mesmo adotando uma metodologia que privilegia o diálogo, ainda há muita resistência dos alunos, pelo desconhecimento do que é uma educação que liberta, que interage os saberes. É preciso que a consciência política e que a reflexão crítica seja trabalhada desde as séries iniciais da escola.

O projeto – aparentemente irrealizável – é construir uma educação pública que seja, ao mesmo tempo, democrática (extensiva a todos, indistintamente) e portadora de uma determinada qualidade, que seja socialmente referenciada e distante da lógica excludente. Uma escola que consiga inserir as novas gerações num mundo inteiramente transformado e distante daquele que originou a sua universalização (BARROSO, 2005, p.11).

É preciso que a categoria de professores seja valorizada, que a escola pública receba mais investimentos, que as aulas tragam propostas diferentes para atrair a atenção dos alunos e que o governo invista na educação pública brasileira. É um caminho difícil e cheio de obstáculos, mas possível de ser trilhado. A experiência da profissional descreve que dar voz aos alunos é importante para recolher as demandas e aproximar o currículo básico obrigatório com o prazer em aprender e ensinar.

4 REFERÊNCIAS

BARROSO, Geraldo. A construção de uma escola pública “popular”: registro de um projeto inconcluso. In: **V Colóquio Internacional Paulo Freire**. Recife, 19 a 22 set 2005.

BRASIL. Portal MEC. Notícia: **Professor pode fazer a inscrição em programa do MEC que permitirá o complemento da formação**, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=35251>> Acesso em: 28 jul 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 24.ed . São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora. 2 ed. São Paulo: Cortez: Brasília, DF : UNESCO, 2000.